

SUMÁRIO

Capítulo 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS E TEORIAS SOBRE A JURISDIÇÃO 29

- 1.1 Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a atividade jurisdicional 29
- 1.2 Teorias Clássicas da Jurisdição 42
- 1.3 Estado liberal e Supremacia da Legislação 47

Capítulo 2

A COMPREENSÃO HODIERNA DO DIREITO E O CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO COMO PREMISSAS DA NOVA CONCEPÇÃO DE JURISDIÇÃO..... 51

- 2.1 O Conceito atual de Direito e o Pós-positivismo (Crítico) 51
- 2.2 O Constitucionalismo Contemporâneo e suas transformações 58
- 2.3 O sentido do termo constitucionalização do Direito e seus reflexos..... 63
- 2.4 Aspectos jurídicos do neoconstitucionalismo e neoprocessualismo 68
 - 2.4.1 A força normativa da Constituição..... 71
 - 2.4.2 A nova Interpretação constitucional concretizadora 73
 - 2.4.3 A Jurisdição Constitucional 83
- 2.5 A normatividade dos princípios. Evolução histórica. “Status” constitucional. Eficácia. Distinção das regras quanto à aplicação. Relação com a hermenêutica. 85
- 2.6 A construção da norma jurídica diante do caso concreto e a partir das necessidades de direito material..... 98

Capítulo 3

A JURISDIÇÃO CONTEMPORÂNEA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. COMPATIBILIZAÇÃO INDISPENSÁVEL 103

- 3.1 A necessidade de fundamentação, por argumentação, para legitimar essa nova concepção de jurisdição..... 103
- 3.2 Embate natural entre a nova concepção de jurisdição e o princípio democrático 111
- 3.3 Constitucionalização e a judicialização da política/politização do Poder Judiciário. 122
- 3.4 Liminares de cunho político. Perigos e necessidades..... 130

Capítulo 4

VISÃO CONTEMPORÂNEA DO PROCESSO NUMA ÓTICA CONSTITUCIONAL 141

- 4.1 O modelo constitucional de processo e o direito fundamental à tutela efetiva 141
- 4.2 Técnicas processuais e tutela de direitos..... 147
- 4.3 Compreensão hodierna do Direito constitucional processual e Direito processual constitucional..... 155
- 4.4 Princípios constitucionais que tratam do processo e que lhe imprimem uma visão uniforme e constitucional de todos os seus ramos 160
 - 4.4.1 Devido processo legal..... 164
 - 4.4.2 Juiz Natural 170
 - 4.4.3 Acesso à justiça 175
 - 4.4.4 Proibição da prova ilícita e proporcionalidade (razoabilidade)..... 180
 - 4.4.5 Publicidade 186
 - 4.4.6 Motivação das decisões judiciais..... 189
 - 4.4.7 Imperativo dever de controle da constitucionalidade das leis 193
 - 4.4.8 Duração razoável do processo 197
- 4.5 O dogma do duplo grau de jurisdição: Garantia ou princípio? Constitucional? Expresso ou implícito? Ou regra ante a quantidade de exceções hodiernamente aceitas? 201
- 4.6 As peculiaridades de cada ramo e sua relação com as garantias constitucionais processuais..... 210

4.7	A transformação do direito de ação e de defesa (duas faces de uma mesma moeda)	216
4.8	As reformas processuais na tentativa de darefeetividade à jurisdição, todas devidamente ratificadas pelo novo CPC	222
Capítulo 5		
SÚMULA VINCULANTE E O LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDI- CIONAL		229
Capítulo 6		
MEIOS CONSENSUAIS, NÃO MAIS ALTERNATIVOS À JURISDIÇÃO, TUDO COM OBJETIVO DE EFETIVA PACIFICAÇÃO SOCIAL E COMPLEMEN- TAÇÃO DESSA NOVA ATIVIDADE DE TUTELA EFETIVA DOS DIREITOS		237
6.1	Distinções entre os meios consensuais mais laborados	242
6.2	Técnicas de conciliação e mediação que podem ser utilizadas pelos juízes nessa visão do processo constitucional	247
6.3	Limites naturais a essa atividade de composição	257
6.4	Mediação nos conflitos familiares: uma solução de sucesso!	260
Capítulo 7		
A CRISE DO ENSINO DO DIREITO E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE PROCESSUAL.....		273
Capítulo 8		
UM NOVO MÉTODO PARA COMPREENSÃO DE TODOS OS RAMOS DO DIREITO PROCESSUAL		281
Capítulo 9		
CONSIDERAÇÕES FINAIS EM ARREMATAS		291
 REFERÊNCIAS.....		303